



**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO
DE SOCIEDADE POR AÇÕES DE CAPITAL FECHADO**



EPR 2 ENGENHARIA S.A.

REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 2024

I. DATA, HORÁRIO E LOCAL: 05 de março de 2024, às 16:00 horas, no endereço da futura sede social localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1188, Andar 6, conjunto 65, sala 19-B, Jardim Paulistano, CEP 01451-001.

II. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: presente a totalidade dos fundadores e subscritores, a saber: (a) **EPR 2 PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1188, Andar 6, Conjunto 65, Sala 19-B, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ("CNPJ/MF") sob o nº 48.803.906/0001-70 e NIRE nº 35300605306, representada por **JOSÉ CARLOS CASSANIGA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade ("RG") nº 10.838.525-5 SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF/MF") sob o nº 079.703.368-84, e **GIOVANNI MOTT GALVÃO DE ARRUDA FILHO**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, administrador, portador do RG nº 44.925.182 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 383.667.128-00, ambos com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1188, Andar 6, Conjunto 65, Sala 19-B, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, São Paulo/SP; e (b) **EPR INFRAESTRUTURA PR S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1188, Andar 6, Sala 22, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.136.974/0001-38 e NIRE nº 35.300.618.041, representada por **JOSÉ CARLOS CASSANIGA** e **GIOVANNI MOTT GALVÃO DE ARRUDA FILHO**, acima qualificados.

III. COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente: Sr. José Carlos Cassaniga e Secretário: Sr. Giovanni Mott Galvão de Arruda Filho.

IV. DELIBERAÇÕES: Primeiramente, como requer a lei, o presidente verificou estar subscrita a totalidade das ações em que se divide o capital social, no valor de R\$100,00 (cem reais), conforme o boletim de subscrição anexo, e procedeu à leitura do recibo do depósito, no Banco Itaú, no montante de R\$100,00 (cem reais), correspondente à integralização em dinheiro de 100% (cem por cento) do preço de emissão das ações da Companhia, ficando também a cópia de tal recibo anexa à presente ata. Em seguida, após discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas fundadores, deliberam:

(i) constituir uma sociedade por ações de capital fechado, com as seguintes características:

(a) a Companhia terá a denominação social de **EPR 2 ENGENHARIA S.A.**;

(b) a sede social da Companhia será na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.188, Andar 6, conjunto 65, sala 19-B, Jardim Paulistano, CEP 01451-001; e

(c) o valor do capital social inicial será de R\$ 100,00 (cem reais), representado por 100 (cem) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real), totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas fundadores na presente data, com prazo de integralização de 30 (trinta) dias a contar da presente data, em moeda corrente nacional, em conformidade com o Boletim de Subscrição apresentado pelos subscritores;

(ii) aprovar o Estatuto Social, anexo à presente ata na forma do Anexo I que, doravante, passa a reger a Companhia;

(iii) consignar que foram cumpridas as providências previstas no artigo 88 da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A.") e, por conseguinte, dar a Companhia por organizada e constituída, nos termos da legislação aplicável;

(iv) eleger, para compor a Diretoria da Companhia, o (i) Sr. **JOSÉ CARLOS CASSANIGA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do RG nº 10.838.525-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 079.703.368-84, com endereço comercial com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1188, Andar 6, Conjunto 65, Sala 19-B, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, São Paulo/SP, para o cargo de diretor sem designação específica e o (ii) Sr. **GIOVANNI MOTT GALVÃO DE ARRUDA FILHO**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, administrador, portador do RG nº 44.925.182 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 383.667.128-00, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1188, Andar 6, Conjunto 65, Sala 19-B, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, São Paulo/SP, para o cargo de Diretor sem designação específica. Os diretores ora eleitos serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse que será lavrado em livro próprio, devendo permanecer em seus cargos pelo prazo de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição; e

(v) autorizar a Diretoria da Companhia a promover todos os atos necessários à sua legalização, notadamente o arquivamento e publicação de seus atos constitutivos.

V. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia, da qual lavrou-se a presente ata, que, após lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Autorizada a publicação da presente ata com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, parágrafo 2º, da Lei das S.A. Acionistas Presentes - EPR 2 Participações S.A. (por: José Carlos Cassaniga e Giovanni Mott Galvão de Arruda Filho) e EPR Infraestrutura PR S.A. (por: José Carlos Cassaniga e Giovanni Mott Galvão de Arruda Filho).

VII. ASSINATURAS: Presidente, Sr. José Carlos Cassaniga. Secretário, Sr. Giovanni Mott Galvão de Arruda Filho.

A presente ata foi lavrada em 1 (uma) via digital, sendo uma cópia mantida no livro próprio.

São Paulo, 05 de março de 2024.

MESA:

DocuSigned by:
José Carlos Cassaniga
Assinado por JOSÉ CARLOS CASSANIGA 0797030884
CPF: 0797030884
Diretor de Assessoria 34020241 1 21 48 PM CST
D: ICP-BRASIL OU VicioConferencia
C: BR
Emissor: AC SoluTisMateria v5
ICP-BRASIL
CART1511E20E6A2

JOSÉ CARLOS CASSANIGA

Presidente

DocuSigned by:
Giovanni Mott Galvão de Arruda Filho
Assinado por GIOVANNI MOTT GALVAO DE ARRUDA FILHO 30386712003
CPF: 30386712003
Diretor de Assessoria 36020241 2 28 58 PM CST
D: ICP-BRASIL OU AC SoluTisMateria v5
C: BR
Emissor: AC SoluTisMateria v5
ICP-BRASIL
CART1511E20E6A2

GIOVANNI MOTT GALVÃO DE ARRUDA FILHO

Secretário

ACIONISTAS SUBSCRITORES:

DocuSigned by:
José Carlos Cassaniga
Assinado por JOSÉ CARLOS CASSANIGA 0797030884
CPF: 0797030884
Diretor de Assessoria 34020241 1 25 57 PM CST
D: ICP-BRASIL OU VicioConferencia
C: BR
Emissor: AC SoluTisMateria v5
ICP-BRASIL
CART1511E20E6A2

EPR 2 PARTICIPAÇÕES S.A.

Por: JOSÉ CARLOS CASSANIGA E GIOVANNI MOTT GALVÃO DE ARRUDA FILHO

DocuSigned by:
José Carlos Cassaniga
Assinado por JOSÉ CARLOS CASSANIGA 0797030884
CPF: 0797030884
Diretor de Assessoria 34020241 1 25 57 PM CST
D: ICP-BRASIL OU VicioConferencia
C: BR
Emissor: AC SoluTisMateria v5
ICP-BRASIL
CART1511E20E6A2

EPR INFRAESTRUTURA PR S.A.

Por: JOSÉ CARLOS CASSANIGA E GIOVANNI MOTT GALVÃO DE ARRUDA FILHO

VISTO DO ADVOGADO:

DocuSigned by:
Julia Grieco Paes Leme
C58E3027CB804E8...

Julia Grieco Paes Leme
OAB/SP 324.029

JUCESP
14
16 MAI 2024

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO JUCESP
SELJENIRE S/A

CERTIFICADO DE REGISTRO
SDS-D NÚMERO
3530063808-5

MARIA CRISTINA FREI
SECRETARIA GERAL

JUCESP

EPR 2
ENGENHARIA S.A.

ANEXO I

ESTATUTO SOCIAL DA EPR 2 ENGENHARIA S.A.

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO SOCIAL E PRAZO DE DURAÇÃO

Artigo 1º - A **EPR 2 ENGENHARIA S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, regida pelo presente estatuto social ("Estatuto Social"), pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), pelo acordo de acionistas arquivado na sede social ("Acordo de Acionistas") e pelas demais disposições legais aplicáveis.

Artigo 2º - A Companhia tem sua sede social na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.188, Andar 6, conjunto 65, sala 19-B, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, podendo instalar, estabelecer, transferir e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional, por deliberação da Diretoria.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social a prestação dos serviços de engenharia, gerenciamento fiscalização, supervisão e administração de obras no geral.

Artigo 4º - A Companhia tem prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO II

CAPITAL SOCIAL

Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 100,00 (cem reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 100 (cem) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo 1º - Cada ação ordinária confere ao seu titular 1 (um) voto nas assembleias gerais de acionistas ("Assembleia Geral").

Parágrafo 2º - As ações são indivisíveis em relação à Companhia, que não reconhecerá mais do que um proprietário para exercer os direitos a elas inerentes.

Parágrafo 3º - Todas as ações de emissão da Companhia serão escrituradas nos livros próprios da Companhia em nome de seus titulares.

Parágrafo 4º - Observado o disposto no Acordo de Acionistas e na Lei das S.A., mediante aprovação da Assembleia Geral, a Companhia, poderá adquirir suas próprias ações, devendo as ações adquiridas ser mantidas em tesouraria e posteriormente alienadas ou canceladas.

Parágrafo 5º - A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas, sendo nula

qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.

Parágrafo 6º - A Companhia poderá outorgar opções de compra de ações nos termos de planos de outorga de opção de compra de ações, aprovados pela Assembleia Geral, a favor de administradores e empregados.

Parágrafo 7º - É vedada a criação ou emissão de partes beneficiárias pela Companhia.

Artigo 6º - Observado o disposto neste Estatuto Social e na Lei das S.A., bem como o disposto no Acordo de Acionistas, os acionistas (diretos e/ou indiretos) terão direito de preferência para subscrever novas ações, bônus de subscrição e valores mobiliários conversíveis em ações emitidas pela Companhia.

Artigo 7º - A não integralização, pelo subscritor, do valor subscrito, nas condições previstas no boletim de subscrição, constituirá, de pleno direito, o acionista remisso em mora, de acordo com a Lei das S.A., sujeitando o subscritor ao pagamento do valor em atraso corrigido pela variação positiva do IPCA, além de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, *pro rata die*, até a data do efetivo pagamento, e multa não compensatória igual a 10% (dez por cento) do valor devido.

CAPÍTULO III

ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 8º - Os acionistas reunir-se-ão anualmente, em assembleia geral ordinária da Companhia, a ser realizada nos 4 (quatro) primeiros meses contados do encerramento de cada exercício social, para deliberar sobre as matérias dispostas no artigo 132 da Lei das S.A., e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Artigo 9º - As Assembleias Gerais poderão ser convocadas, a qualquer momento, na forma prevista na Lei das S.A. Será considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas.

Parágrafo 1º - Além de presencialmente, a Assembleia Geral poderá, ainda, ser realizada (i) semipresencialmente – quando os acionistas puderem participar e votar presencialmente, no local físico da realização do conclave, mas também à distância; ou (ii) digitalmente – quando os acionistas só puderem participar e votar à distância. Quando semipresencial ou digital, a participação e a votação à distância dos acionistas podem ocorrer mediante o envio de boletim de voto à distância (inclusive por e-mail) e/ou mediante atuação remota, via sistema eletrônico. O instrumento de convocação deverá informar, em destaque, se a Assembleia Geral será presencial, semipresencial ou digital, conforme o caso, detalhando como os acionistas

poderão participar e votar. Para todos os fins legais, as Assembleias Gerais realizadas digitalmente serão consideradas como realizadas na sede da Companhia aplicável.

Parágrafo 2º - Os acionistas não poderão deliberar sobre qualquer matéria que não tenha sido expressamente incluída na ordem do dia da respectiva Assembleia Geral, exceto se todos os acionistas estiverem presentes e expressamente concordarem em deliberar a matéria.

Parágrafo 3º - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador constituído na forma do artigo 126, parágrafo 1º da Lei das S.A.

Parágrafo 4º - Não poderá votar na Assembleia Geral o acionista com direitos sociais suspensos, na forma dos artigos 120 e 122, inciso V, da Lei das S.A. e do Acordo de Acionistas.

Parágrafo 5º - O acionista não poderá votar nas deliberações relativas a laudo de avaliação dos bens com que concorrer para o capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem tampouco em quaisquer outras em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

Parágrafo 6º - Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. Da ata extrair-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais.

Artigo 10 - Compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das S.A. e sobre as matérias abaixo elencadas:

(i) alteração do estatuto social para (a) realizar aumentos de capital, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (b) alterar a composição, competência e funcionamento da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, se criado, observado o disposto no Acordo de Acionistas; (c) alterar a apuração ou destinação de resultados, incluindo criação, capitalização e extinção de reservas; ou (d) implementar alteração que implique na supressão do quórum qualificado de aprovação em relação às Matérias Qualificadas;

(ii) aprovação de planos de outorga de opções de compra de ações a executivos e colaboradores da Companhia;

(iii) deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos em desacordo com a política de dividendos;

(iv) transformação do tipo societário;

(v) fusão, incorporação ou cisão envolvendo a Companhia, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas;

(vi) registro de companhia aberta na Categoria A (ou categoria que a substitua) ou oferta pública de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia;

(vii) dissolução e liquidação da Companhia;

(viii) nomeação e destituição de liquidante da Companhia;

(ix) apresentação de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência, pela Companhia;

(x) participação em grupo de sociedades, pela Companhia, nos termos do artigo 265 da Lei das S.A;

(xi) aprovação de investimento em novos empreendimentos no setor de concessão de rodovias federais e estaduais para operação e manutenção no Brasil e do respectivo plano de negócios;

(xii) fixação da remuneração individual (fixa e variável) de membro da administração que seja uma parte relacionada de qualquer dos acionistas;

(xiii) aprovar planos de remuneração referenciados em ações;

(xiv) outorga de opções de compra de ações no âmbito de planos de outorga de opção de compra de ações;

(xv) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, debêntures conversíveis em ações ou aumentos de capital dentro do limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas;

(xvi) contratação de endividamento em valor que eleve a razão Dívida Líquida/EBITDA a valor superior ao previsto no plano de negócios aplicável, admitida uma variação de 10% (dez por cento), salvo se o endividamento for comprovadamente indispensável para o cumprimento das obrigações da Companhia sob contrato de concessão por ela celebrado ou perante autoridade governamental, desde que contratado em condições de mercado, observado o disposto no Acordo de Acionistas;

(xvii) outorga, pela Companhia, de garantia, real ou fidejussória, salvo no âmbito de financiamento ou operação contratada em benefício da Companhia, observados os termos do plano de negócios aprovado;

(xviii) aquisição, subscrição ou alienação, pela Companhia, de quotas, ações ou participações em outra sociedade (personificada ou não), ou em fundos de investimento (exceto fundos mútuos ou exclusivos destinados à aplicação do caixa), salvo (a) a subscrição de capital em

subsiidiária em atendimento de capitalização prevista no plano de negócios aprovado ou (b) conforme o item (xxiv) abaixo;

(xix) criação (i.e., constituição), pela Companhia, de nova subsidiária, exceto se necessário para fins regulatórios ou para a captação de financiamento para a Companhia;

(xx) celebrar, alterar ou resilir quaisquer acordos de sócios, acionistas ou cotistas;

(xxi) participação, da Companhia, em associações, fundações, empresas individuais de responsabilidade limitada ou consórcios;

(xxii) alienação ou oneração de bens do ativo não circulante não prevista no plano de negócios ou no orçamento anual aprovado e que envolvam valores iguais ou superiores a 10% (dez por cento) do total do ativo não circulante da Companhia (no caso de alienação de ativos pela Companhia);

(xxiii) celebrar, alterar ou rescindir contratos celebrados entre, de um lado, a Companhia e, de outro, uma parte relacionada, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas;

(xxiv) abandonar ou rescindir contratos de concessão;

(xxv) outorgar empréstimos ou abrir linhas de crédito, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; e

(xxvi) propor, celebrar acordo ou liquidar processos administrativos, judiciais ou arbitrais que envolvam práticas de corrupção ou crimes ambientais.

Artigo 11 - Observado o disposto no Acordo de Acionistas, as deliberações das Assembleias Gerais serão aprovadas pela maioria do capital social votante na Assembleia Geral.

Artigo 12 - O presidente da Assembleia Geral deverá observar e fazer cumprir as disposições do Acordo de Acionistas, não devendo computar quaisquer votos que venham a ser proferidos em desacordo com as disposições de tais acordos de acionistas.

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 13 - A Companhia será administrada por uma Diretoria.

Parágrafo 1º - Os membros da Diretoria serão investidos em seus respectivos cargos nos 30 (trinta) dias subsequentes à sua eleição, mediante assinatura de termo de posse lavrado nos livros mantidos pela Companhia para esse fim.

Parágrafo 2º - Os membros da Diretoria permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.

Parágrafo 3º - Todos os Diretores deverão atender aos requisitos de elegibilidade previstos na legislação aplicável, notadamente a Lei das S.A, e ser pessoas com reputação ilibada, ter comprovada experiência em sua área de atuação e declarar ausência de conflito de interesse.

Parágrafo 4º - A Assembleia Geral fixará a remuneração dos administradores, conforme aplicável.

Parágrafo 5º - Os administradores ficam dispensados de prestar caução.

Artigo 14 - A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) Diretores, todos sem designação específica, exceto se diversamente deliberado pela Assembleia Geral na sua eleição.

Parágrafo 1º - Os Diretores terão mandato de até 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 2º - Observado o disposto no Acordo de Acionistas, a Assembleia Geral poderá a qualquer tempo substituir os Diretores.

Parágrafo 3º - Em caso de vacância dos cargos de Diretor, será convocada uma Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto.

Artigo 15 - A Diretoria deverá reunir-se sempre que convocada por qualquer um dos Diretores.

Parágrafo 1º - As reuniões da Diretoria serão convocadas com antecedência mínima de 3 (três) dias, devendo constar a data, horário, local e ordem do dia da reunião. A convocação prévia das reuniões da Diretoria da Companhia será dispensada quando presente a totalidade dos Diretores em exercício.

Parágrafo 2º - Além de presencialmente, as reuniões da Diretoria poderão, ainda, ser realizadas semipresencialmente ou digitalmente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo 3º - As resoluções da Diretoria serão tomadas pelo voto da maioria dos Diretores presentes à respectiva reunião.

Parágrafo 4º - Não será aprovada nenhuma deliberação sobre quaisquer assuntos que não estejam expressamente incluídos na ordem do dia da reunião, conforme declarado na convocação, sob pena de ser considerada nula, excetuadas as matérias que forem acrescentadas à ordem do dia com a aprovação de todos os diretores.

Parágrafo 5º - As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas em livro próprio.

Artigo 16 - A Diretoria tem os poderes para praticar os atos necessários à consecução do objeto social, observado o disposto neste Estatuto Social, o Acordo de Acionistas, as deliberações da Assembleia Geral e as deliberações do Conselho de Administração e da Diretoria da controladora da Companhia, competindo-lhe especialmente:

- (i) cumprir e fazer cumprir o disposto neste Estatuto Social;
- (ii) administrar e gerir os assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista;
- (iii) administrar e gerir a cobrança de quaisquer pagamentos devidos à Companhia;
- (iv) administrar e gerir a assinatura de correspondências de assuntos rotineiros;
- (v) implementar e explorar o objeto social da Companhia de acordo com o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração da controladora da Companhia;
- (vi) observar o orçamento anual aprovado;
- (vii) deliberar sobre a criação, transferência e encerramento de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no país;
- (viii) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais;
- (ix) apresentar, anualmente, nos 3 (três) meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício social, bem como proposta para destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos, observadas as imposições legais e o que dispõe este Estatuto Social; e
- (x) cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pelos acionistas da Companhia ou pelo Conselho de Administração ou Diretoria da controladora da Companhia.

Artigo 17 - A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante órgãos ou repartições públicas federais, estaduais e municipais e quaisquer terceiros, bem como a assinatura de escrituras, cheques, ordens de pagamento, contratos em geral e quaisquer outros documentos ou a prática de quaisquer atos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou exonerem terceiros de obrigação para com a Companhia; incumbirão, serão obrigatoriamente realizados:

- (i) por 2 (dois) Diretores, agindo sempre em conjunto;
- (ii) por qualquer Diretor, agindo em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos, constituído conforme previsto no Parágrafo Único desta Cláusula;

- (iii) por 2 (dois) procuradores com poderes específicos, agindo sempre em conjunto; ou
- (iv) por 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador com poderes específicos, exclusivamente para o fim de representação da Companhia em juízo e/ou perante repartições públicas federais, estaduais ou municipais, conforme especificado nos instrumentos de mandato, vedada a outorga de substabelecimento sem reservas.

Parágrafo Único - As procurações outorgadas em nome da Companhia serão firmadas por 2 (dois) Diretores e deverão especificar os poderes conferidos, os quais terão validade de, no máximo, 1 (um) ano, exceto as procurações cuja finalidade seja a representação em processos judiciais ou administrativos, que poderão ser por prazo indeterminado.

CAPÍTULO V

CONSELHO FISCAL

Artigo 18 - A Companhia terá um Conselho Fiscal composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas da Companhia ou não, o qual não funcionará em caráter permanente e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei.

Parágrafo 1º - Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, e exercerão seu mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a eleição.

Parágrafo 2º - Os membros do Conselho Fiscal farão jus à remuneração que lhes for fixada pela Assembleia Geral, se aplicável.

Parágrafo 3º - Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar.

Artigo 19 - O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros. O Regimento Interno do Conselho Fiscal deverá ser elaborado, discutido e votado por seus membros na primeira reunião convocada após a sua instalação.

CAPÍTULO VI

EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 20 - O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras

deverão ser preparadas de acordo com os prazos e demais condições previstas na legislação aplicável.

Parágrafo Único - As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas, na forma da legislação aplicável, por auditor independente, devidamente registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

Artigo 21 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. O lucro líquido deverá ser alocado na seguinte forma:

(i) 5% (cinco por cento) serão destinados para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; e

(ii) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas, observadas as demais disposições deste Estatuto Social e a legislação aplicável.

Parágrafo Único - A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício social em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% (trinta por cento) do capital social.

Artigo 22 - A Companhia poderá:

(i) levantar balanços semestrais e com base nestes declarar dividendos intermediários, à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros;

(ii) levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos intercalares, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, parágrafo 1º, da Lei das S.A.; e

(iii) creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor do dividendo obrigatório, passando a integrá-los para todos os efeitos legais.

CAPÍTULO VII

LIQUIDAÇÃO

Artigo 23 - A Companhia dissolver-se-á nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral, quando for o caso, determinar o modo de liquidação e nomear o Conselho Fiscal e o liquidante que deverão atuar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração.

CAPÍTULO VIII

ACORDO DE ACIONISTAS

Artigo 24 - A Companhia observará fielmente o Acordo de Acionistas.

Parágrafo 1º - O presidente da Assembleia Geral não computará o voto proferido com infração ao Acordo de Acionistas.

Parágrafo 2º - A Companhia não registrará em seus livros sociais, sendo nula e ineficaz em relação à Companhia, aos acionistas e a terceiros, a alienação ou oneração de ações em violação às disposições do Acordo de Acionistas.

CAPÍTULO IX

ARBITRAGEM

Artigo 25 - Quaisquer disputas, controvérsias, litígios, conflitos ou discrepâncias entre as Partes de qualquer natureza que surgirem em decorrência deste Estatuto ("Conflito") serão resolvidos definitivamente por arbitragem administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara do Comércio Brasil e Canadá ("CCBC"), de acordo com a Lei Federal nº 9.307/96 ("Lei de Arbitragem"), e com o regulamento de arbitragem da CCBC em vigor na data do pedido de instauração da arbitragem ("Regulamento"), com exceção das alterações aqui previstas. A lei aplicável à arbitragem será a lei brasileira e será vedado o julgamento por equidade.

(i) A arbitragem será conduzida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo o Tribunal Arbitral (conforme abaixo definido), motivadamente, designar a realização de atos específicos em outras localidades. A arbitragem será conduzida na língua portuguesa e será sigilosa.

(ii) A arbitragem será conduzida por 3 (três) árbitros inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil ("Tribunal Arbitral"). A parte reclamante indicará um árbitro e a parte reclamada indicará outro árbitro, nos prazos estabelecidos pela CCBC. O terceiro árbitro, que atuará como presidente do Tribunal Arbitral, bem como os árbitros não indicados pelas partes da arbitragem no prazo estabelecido, deverão ser indicados de acordo com o Regulamento. Quaisquer omissões, recusas, impedimentos, suspeições, litígios, dúvidas e faltas de acordo

quanto à indicação dos árbitros pelas partes da arbitragem ou à escolha do terceiro árbitro serão dirimidos pela CCBC. Caso qualquer dos 3 (três) árbitros não seja nomeado no prazo previsto no Regulamento, caberá à CCBC nomeá-lo(s), de acordo com o previsto no Regulamento, ficando afastado o dispositivo do Regulamento que limite a escolha de coárbitro ou presidente do Tribunal Arbitral à lista de árbitros da CCBC. Os procedimentos previstos neste item também se aplicarão aos casos de substituição de árbitro.

(iii) Na hipótese de arbitragem envolvendo 3 (três) ou mais partes em que (i) estas partes não se reúnam em apenas dois grupos de requerentes ou requeridas; ou (ii) as partes reunidas em um mesmo grupo de requerentes ou requeridas não cheguem a um consenso sobre a indicação do respectivo coárbitro, todos os árbitros serão nomeados pela CCBC, nos termos do Regulamento, salvo acordo de todas as partes da arbitragem em sentido diverso.

(iv) Qualquer das partes da arbitragem poderá requerer medida liminar ou cautelar ao Poder Judiciário, em caso de urgência e antes da constituição do Tribunal Arbitral, não podendo esta disposição ser considerada inconsistente com ou como renúncia a qualquer das disposições contidas neste Estatuto. Para tal finalidade, fica eleita a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com a renúncia de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

(v) A sentença arbitral será proferida por escrito, indicará suas razões e fundamentos, e será final, vinculante e exequível contra as partes da arbitragem de acordo com seus termos, não se exigindo homologação judicial nem cabendo qualquer recurso contra ela, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos ao Tribunal Arbitral previstos no artigo 30 da Lei de Arbitragem e eventual ação anulatória fundada no artigo 32 da Lei de Arbitragem. A sentença arbitral será tida pelas partes da arbitragem como solução do Conflito, as quais deverão aceitar tal sentença arbitral como a verdadeira expressão de sua vontade em relação ao Conflito. O Tribunal Arbitral poderá conceder qualquer medida disponível e apropriada conforme a lei brasileira. O Tribunal Arbitral alocará entre as partes da arbitragem, conforme os critérios da sucumbência, razoabilidade e proporcionalidade, o pagamento e o reembolso (i) das taxas e demais valores devidos, pagos ou reembolsados à CCBC, (ii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos árbitros, (iii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos peritos, tradutores, intérpretes, estenotipistas e outros auxiliares eventualmente designados pelo Tribunal Arbitral, (iv) dos honorários contratuais ou qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária a seus advogados, assistentes técnicos, tradutores, intérpretes e outros auxiliares, e (v) de eventual indenização por litigância de má-fé. O Tribunal Arbitral não condenará qualquer das partes da arbitragem a pagar ou reembolsar (i) honorários advocatícios de sucumbência e (ii) qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária com relação à arbitragem, a exemplo de despesas com fotocópias, autenticações, consularizações e despesas de viagens. A execução da sentença arbitral será feita na comarca da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 26 - Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A., observado o disposto no Acordo de Acionistas.

São Paulo, 05 de março de 2024.

MESA:

DocuSigned by:
José Carlos Cassaniga
Assinado por JOSÉ CARLOS CASSANIGA 079733884
CPF: 079733884
DataHora da Assinatura: 36/02/24 14:28:02 PM CST
O CP-Bank OU VotoConférence
C-08
Emissor: AC CertSign P8S-G5
ICP-Brasil
CA131E02E4A2

JOSÉ CARLOS CASSANIGA

Presidente

DocuSigned by:
Giovanni Mott Galvão de Arruda Filho
Assinado por GIOVANNI MOTT GALVÃO DE ARRUDA FILHO 3636471903
CPF: 3636471903
DataHora da Assinatura: 36/02/24 12:27:12 PM CST
O CP-Bank OU AC SOLUTI Multipla v5
C-08
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
ICP-Brasil
CA131E02E4A2

GIOVANNI MOTT GALVÃO DE ARRUDA FILHO

Secretário

ACIONISTAS SUBSCRITORES:

DocuSigned by:
José Carlos Cassaniga
Assinado por JOSÉ CARLOS CASSANIGA 079733884
CPF: 079733884
DataHora da Assinatura: 36/02/24 14:28:06 PM CST
O CP-Bank OU VotoConférence
C-08
Emissor: AC CertSign P8S-G5
ICP-Brasil
CA131E02E4A2

EPR 2 PARTICIPAÇÕES S.A.

Por: JOSÉ CARLOS CASSANIGA E GIOVANNI MOTT GALVÃO DE ARRUDA FILHO

DocuSigned by:
José Carlos Cassaniga
Assinado por JOSÉ CARLOS CASSANIGA 079733884
CPF: 079733884
DataHora da Assinatura: 36/02/24 14:28:10 PM CST
O CP-Bank OU VotoConférence
C-08
Emissor: AC CertSign P8S-G5
ICP-Brasil
CA131E02E4A2

EPR INFRAESTRUTURA PR S.A.

Por: JOSÉ CARLOS CASSANIGA E GIOVANNI MOTT GALVÃO DE ARRUDA FILHO

VISTO DO ADVOGADO:

DocuSigned by:
Julia Grieco Paes Leme
C58E3027CB804F8...

Julia Grieco Paes Leme
OAB/SP 324.029

Certificate Of Completion

Envelope Id: CF5B149F8C49407E9D91D493178C185B Status: Completed
 Subject: Complete with DocuSign: EPR Engenharia - AGC + Estatuto (TCMB 05.03.2024) v. assinada.pdf
 Source Envelope:
 Document Pages: 15 Signatures: 14 Envelope Originator:
 Certificate Pages: 4 Initials: 0 Gustavo Lino Rodrigues
 AutoNav: Enabled 201 Bishopsgate
 Envelopeld Stamping: Disabled London, . EC2M3AF
 Time Zone: (UTC-06:00) Central Time (US & Canada) GLino@mayerbrown.com
IP Address: 189.39.50.236

Record Tracking

Status: Original Holder: Gustavo Lino Rodrigues Location: DocuSign
 3/5/2024 1:34:39 PM GLino@mayerbrown.com

Signer Events

Giovanni Mott Galvão de Arruda Filho
 giovanni.mott@grupoep.com.br
 Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card
 Signature Issuer: AC SOLUTI Multipla v5
 Signer CPF: 38366712800

Electronic Record and Signature Disclosure:

Accepted: 3/6/2024 2:36:26 PM
 ID: 4199fa9b-70e8-4f18-94dc-cde00acf8a12

José Carlos Cassaniga
 jose.cassaniga@grupoep.com.br
 Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card
 Signature Issuer: AC Certisign RFB G5
 Signer CPF: 07970336884

Electronic Record and Signature Disclosure:

Accepted: 3/6/2024 4:22:25 PM
 ID: 74a8657e-4ae4-478a-92b6-126beae906d1

Julia Grieco Paes Leme
 julia.paesleme@grupoep.com.br
 Security Level: Email, Account Authentication (None)

Signature

DocuSigned by:

 CA12151EE06E4A2...

Signature Adoption: Pre-selected Style
 Using IP Address: 177.170.79.110

DocuSigned by:

 C6BF4ED0FE7044F...

Signature Adoption: Pre-selected Style
 Using IP Address: 177.73.182.30

DocuSigned by:

 C59E3027CB804F8...

Signature Adoption: Pre-selected Style
 Using IP Address: 177.73.182.30

Timestamp

Sent: 3/6/2024 12:20:21 PM
 Viewed: 3/6/2024 2:36:26 PM
 Signed: 3/6/2024 2:37:26 PM

Sent: 3/6/2024 12:20:22 PM
 Viewed: 3/6/2024 4:22:25 PM
 Signed: 3/6/2024 4:26:14 PM

Sent: 3/6/2024 12:20:23 PM
 Viewed: 3/6/2024 12:51:07 PM
 Signed: 3/6/2024 12:52:06 PM

In Person Signer Events

Signature

Timestamp

Editor Delivery Events

Status

Timestamp

Agent Delivery Events

Status

Timestamp

Intermediary Delivery Events

Status

Timestamp

DUPLICATE
30034

Certified Delivery Events	Status	Timestamp
Carbon Copy Events	Status	Timestamp
Witness Events	Signature	Timestamp
Notary Events	Signature	Timestamp
Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	3/6/2024 12:20:23 PM
Certified Delivered	Security Checked	3/6/2024 12:51:07 PM
Signing Complete	Security Checked	3/6/2024 12:52:06 PM
Completed	Security Checked	3/6/2024 4:26:15 PM
Payment Events	Status	Timestamps
Electronic Record and Signature Disclosure		

SCHEDULE 1

ERSD

Described below are the terms and conditions relating to your use of DocuSign to execute documents transmitted to you through DocuSign. Please read the information below thoroughly and carefully. By selecting the check-box next to "I agree to use electronic records and signatures" then clicking "CONTINUE", you confirm your agreement with these terms and conditions. Such agreement is given on behalf of any party you represent as well as on your own behalf.

Third Party Platform

DocuSign is a third party software platform that facilitates electronic signature of documents for virtual execution and closings. Mayer Brown makes no representations or warranties regarding the service provided by DocuSign; nor will Mayer Brown be liable to you or anyone on whose behalf you are acting for any loss or damage you may suffer resulting from any act or omission of DocuSign. DocuSign's terms and conditions are available for your review. DocuSign is not affiliated with Mayer Brown and Mayer Brown does not control the security of documents transmitted through DocuSign's cloud-based platform.

Personal Data

As a result of using DocuSign, your personal details will be visible to all parties involved in this transaction and they will be held within DocuSign's systems and within the systems of the law firms advising on the transaction. Mayer Brown processes personal data in accordance with its Privacy Policy. DocuSign's privacy policy is available from its website. The lawful bases relied upon by Mayer Brown for processing personal data are legitimate interests and, to the extent the data protection laws of Asia apply, consent. The purpose of the data processing is to conclude agreements and/or obtain acknowledgements from participating parties.

Obtaining Copies of Electronically Signed Documents

You should be able to access documents signed through DocuSign for five (5) days after the signing date. DocuSign will permanently delete the documents after a further 14 days. DocuSign will also permanently delete the documents 14 days after an electronic signing is aborted or withdrawn.

No Lawyer-Client Relationships

Mayer Brown acts only for its client(s) in the underlying transaction and no lawyer-client relationship will arise solely through the coordination of this electronic signing process. Mayer Brown does not owe a duty of care to any party which is not a client of Mayer Brown. In particular, Mayer Brown does not advise any non-client party on any aspect of the documents or the related transaction or on the use of DocuSign. The digital completion certificate proving signing may automatically include the geolocation, or place of signing, of each signatory. Mayer Brown does not advise any non-client party of the consequences of a geolocated signature, and



DUPLICATE
12 05 24

Mayer Brown only advises a client of such consequences (including, but not limited to, tax consequences) to the extent it has expressly agreed to do so.

**BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL DA
EPR 2 ENGENHARIA S.A.**

DEMONSTRATIVO DO CAPITAL SOCIAL

Boletim de subscrição e integralização de 100 (cem) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, nos termos da Assembleia Geral de Constituição da EPR 2 Engenharia S.A.

Acionista	Total Ações	Valor Total
<p>EPR 2 PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1188, Andar 6, Conjunto 65, Sala 19-B, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (“<u>CNPJ/MF</u>”) sob o nº 48.803.906/0001-70 e NIRE nº 35300605306, representada por JOSÉ CARLOS CASSANIGA, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade (“<u>RG</u>”) nº 10.838.525-5 SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (“<u>CPF/MF</u>”) sob o nº 079.703.368-84, e GIOVANNI MOTT GALVÃO DE ARRUDA FILHO, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, administrador, portador do RG nº 44.925.182 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 383.667.128-00, ambos com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1188, Andar 6, Conjunto 65, Sala 19-B, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, São Paulo/SP.</p> <p>Assinatura: </p>	99	R\$99,00 integralizado na presente data, em moeda corrente nacional
<p>EPR INFRAESTRUTURA PR S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1188, Andar 6, Sala 22, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.136.974/0001-38 e NIRE nº 35.300.618.041, representada por JOSÉ CARLOS CASSANIGA e GIOVANNI MOTT GALVÃO DE ARRUDA FILHO.</p> <p>Assinatura: </p>	1	R\$1,00 integralizado na presente data, em moeda corrente nacional.

DUPLICATA

TOTAL	100 ações ordinárias	R\$100,00
--------------	-----------------------------	------------------

São Paulo, 05 de março de 2024.

MESA:

DocSigned by
José Carlos Cassaniga
Assinado por JOSÉ CARLOS CASSANIGA 9191232884
CPF: 0797028884
DataHora de Assinatura: 3/5/2024 18:20:54 (E: NO SIM/CM CST)
O CP-Brasil ou ValorCertificado
C: BR
Empresa: AC CertSign Infra-OS
ICP-Brasil
CABF4E00F0754F

JOSÉ CARLOS CASSANIGA

Presidente

DocSigned by
Giovanni Mott Galvão de Arruda Filho
Assinado por GIOVANNI MOTT GALVÃO DE ARRUDA FILHO 383671203
CPF: 283671203
DataHora de Assinatura: 3/5/2024 15:43:37 AM CDT
O CP-Brasil ou ValorCertificado
C: BR
Empresa: AC SOLUTUM/Agência
ICP-Brasil
CA13151E0E0E42

**GIOVANNI MOTT GALVÃO DE
ARRUDA FILHO**

Secretário

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE
SOCIEDADE POR AÇÕES DE CAPITAL FECHADO
DA EPR 2 ENGENHARIA S.A.**

REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 2024

**TERMO DE POSSE DE MEMBRO DA DIRETORIA
ELEITO EM 05 DE MARÇO DE 2024**

Eu, **JOSÉ CARLOS CASSANIGA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade nº 10.838.525-5 SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 079.703.368-84, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1188, Andar 6, Conjunto 65, Sala 19-B, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, São Paulo/SP, tomo posse, neste ato, no cargo de Diretor sem designação específica da **EPR 2 ENGENHARIA S.A.** ("Companhia"), para o qual fui eleito conforme Ata de Assembleia Geral de Constituição da Companhia realizada nesta data.

Declaro, para todos os efeitos legais, que não estou impedido por lei especial de exercer a administração da Companhia, nem condenado ou sob os efeitos de condenações, a penas que vedem, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, contra a fé pública ou a propriedade.

Por fim, confirmo que as citações e intimações relativas a processos administrativos ou judiciais relativos a atos de minha gestão, deverão ser entregues no endereço acima indicado.

São Paulo, 05 de março de 2024.

Assinado por JOSÉ CARLOS CASSANIGA 0797033684
CPF: 0797033684
O EPR 2 ENGENHARIA S.A. inscrita no CNPJ nº 07.903.368/0001-84
CNPJ: 07.903.368/0001-84

JOSÉ CARLOS CASSANIGA

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE
SOCIEDADE POR AÇÕES DE CAPITAL FECHADO
DA EPR 2 ENGENHARIA S.A.**

REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 2024

**TERMO DE POSSE DE MEMBRO DA DIRETORIA
ELEITO EM 05 DE MARÇO DE 2024**

Eu, **GIOVANNI MOTT GALVÃO DE ARRUDA FILHO**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, administrador, portador do RG nº 44.925.182 SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 383.667.128-00, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1188, Andar 6, Conjunto 65, Sala 19-B, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, São Paulo/SP, tomo posse, neste ato, no cargo de Diretor sem designação específica da **EPR 2 ENGENHARIA S.A.** ("Companhia"), para o qual fui eleito conforme Ata de Assembleia Geral de Constituição da Companhia realizada nesta data.

Declaro, para todos os efeitos legais, que não estou impedido por lei especial de exercer a administração da Companhia, nem condenado ou sob os efeitos de condenações, a penas que vedem, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, contra a fé pública ou a propriedade.

Por fim, confirmo que as citações e intimações relativas a processos administrativos ou judiciais relativos a atos de minha gestão, deverão ser entregues no endereço acima indicado.

São Paulo, 05 de março de 2024.

DocuSign by
Assinado por GIOVANNI MOTT GALVÃO DE ARRUDA FILHO 38366712800
CPF 38366712800
Documento em PDF assinado em 05/03/2024 às 14:33:47 AM CDT
© 2014 AC SOLUTI Mônica v5
© 2014
Empresário AC SOLUTI Mônica v5
CNPJ 08.907.808/0001-00
CARTÃO DE ASSINATURA

GIOVANNI MOTT GALVÃO DE ARRUDA FILHO